

RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O SENADO FEDERAL DO EMBAIXADOR,
NÃO-RESIDENTE, NO REINO DE ESWATINI,

RODRIGO BAENA SOARES

21 de junho de 2018

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia, hoje oficialmente denominada Reino de eSwatini, apresenta peculiaridades no contexto da África Subsaariana, tanto em razão de sua história como no tocante à forma de governo adotada. O país nunca chegou a ser plenamente uma colônia e, em 1968, sem grandes rupturas institucionais, conquistou oficialmente sua independência plena.

2. O reino de eSwatini é uma das três monarquias africanas, e a única de caráter absoluto, na qual o rei exerce as funções executivas e controla o poder judiciário, o poder legislativo e o aparato de segurança. De acordo com a Constituição de 2006, o rei é chefe do poder executivo, comandante-em-chefe das forças armadas e da polícia e detém o poder de designar o primeiro-ministro, os membros do gabinete de ministros e os juízes. O rei tem, ainda, a prerrogativa de cancelar ou vetar qualquer lei aprovada pelo parlamento e de dissolvê-lo a qualquer momento.

3. O principal acontecimento político recente em eSwatini deu-se em abril passado, quando o rei Mswati III, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência e de seu aniversário, da qual participei, anunciou a alteração do nome oficial do país para Reino de eSwatini (em substituição a "Reino da Suazilândia"). O termo eSwatini significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país - o termo Suazilândia, que tem a mesma origem, é a versão anglicizada. À diferença de muitos países do entorno, a Suazilândia não modificara seu nome quando de sua independência.

4. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova e fora debatida em outras ocasiões após a independência. Em 2015, por exemplo, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, e o próprio rei havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

POLÍTICA EXTERNA

5. O reino de eSwatini ocupou a presidência rotativa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) de agosto de 2016 a agosto de 2017. O bloco austro-africano é o principal veículo de inserção internacional do país, que também é membro da União Africana e da "Commonwealth". Ao lado da África do Sul, de Botsuana, do Lesoto e da Namíbia, eSwatini integra a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês).

6. O país conta com benefícios para o acesso de seus produtos nos Estados Unidos e na União Europeia, sem a incidência de tarifas de importação. O país celebrou, ainda, acordos bilaterais de comércio com a Alemanha e o Reino Unido; bem como acordos de proteção de investimentos com a Alemanha, com o Egito, com as Ilhas Maurício e com Taiwan - eSwatini é, atualmente, o único país africano a reconhecer o governo de Taipé.

PANORAMA ECONÔMICO

7. O reino de eSwatini é classificado como um país de renda-média baixa pelo Banco Mundial. Sua economia é fortemente vinculada à África do Sul, que consome 60% das suas exportações e é fonte de 85% das importações suázis. Nos últimos anos, eSwatini enfrentou condições macroeconômicas adversas, afetada por seca prolongada e pela queda das transferências da SACU, que representam cerca de 4,5% do PIB. O crescimento do PIB caiu de 6,4% em 2013 para 1,9% em 2014; 0,4% em 2015; 1,4% em 2016; e 1,9% em 2017. Em 2018 e 2019, o PIB deve crescer 1,3% e 2,0%, respectivamente, de acordo com prognósticos do Banco Mundial.

8. A política fiscal expansiva não conseguiu reverter a desaceleração econômica e agravou o equilíbrio fiscal e de conta corrente. O déficit fiscal atingiu 10% do PIB. O endividamento público bruto saiu de 18,7% do PIB em 2015 para 31,3% do PIB em 2017, de acordo com o FMI, o que pode se tornar insustentável, dado o baixo nível de poupança do país (cerca de 10% do PIB). O superávit em conta corrente de 10,8% do PIB em 2015 foi revertido para déficit de 1,1% do PIB em 2017.

9. No último relatório do Artigo IV do FMI, publicado em setembro de 2017, o Conselho Executivo do Fundo recomendou ajuste fiscal gradual para eSwatini, incluindo a contenção do aumento dos salários dos servidores públicos e o incremento da receita tributária. Sugeriu também que o Banco Central do país evite fazer contribuições diretas ao orçamento público e, considerando a

paridade cambial com a África do Sul, mantenha a taxa de juros acima daquela praticada no país vizinho. Os diretores do FMI elogiaram o plano de aumentar a autonomia do Banco Central suázi e a decisão de ampliar os programas de transferência direta de renda, voltados para a população vivendo em extrema pobreza.

10. Um dos principais desafios do país é reduzir o número de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza, respectivamente 63% e 29% do total da população, segundo o Banco Mundial. Em 2016, o desemprego atingiu 23% da população economicamente ativa.

11. O país registrou progressos importantes nos últimos anos em matéria de saúde pública. O governo anunciou o intento de erradicar a malária no país até 2020. A AIDS e a tuberculose associada permanecem, entretanto, como a principal preocupação de saúde, com sérios reflexos na ordem econômica. O país tem a maior taxa de prevalência do mundo de contaminação pelo HIV no mundo, com 27,2% da população entre 15 e 49 anos infectada, de acordo com dados da UNAIDS de 2016. O governo tem tomado medidas para diminuir os índices de infecção, facilitar o acesso a testes rápidos e ampliar a distribuição de medicamentos antirretrovirais (80% dos adultos e 64% das crianças infectadas estariam recebendo o tratamento), já tendo logrado êxito na diminuição nas taxas de transmissão do HIV de mãe para filho. Os índices de coinfeção com a tuberculose permanecem altos: 71% dos portadores do HIV teriam tuberculose.

RELAÇÕES BILATERAIS

12. As relações diplomáticas entre Brasil e eSwatini foram estabelecidas em 1978, dez anos depois da independência do país africano. Em janeiro de 2008, os dois países celebraram Acordo de Cooperação Técnica. O acordo, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2009, ainda não foi ratificado pelo lado suázi. eSwatini tem interesse, sobretudo, na cooperação brasileira nas áreas de energias renováveis, educação e saúde.

13. Apresentei minhas cartas credenciais ao rei Mswati III no dia 4 de fevereiro de 2016, em cerimônia no palácio Lozitha. Na ocasião, o soberano compartilhou comigo o interesse de eSwatini na cooperação brasileira para a garantia da segurança energética no país. O governo suázi tem priorizado o desenvolvimento do setor de energias renováveis. A demanda por eletricidade aumenta continuamente no país, que importa 80% de sua energia da África do Sul e de Moçambique.

14. No curso de minha gestão, as energias renováveis consistiram na principal área da cooperação bilateral. Em dezembro de 2015, missão técnica enviada pelo governo de eSwatini reuniu-se com a direção do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia. A delegação suázi demonstrou especial interesse na possibilidade de promover a mistura de etanol à gasolina em seu país. Os técnicos suázis também mantiveram encontro na Agência Nacional do Petróleo (ANP) e realizaram visitas de campo a usinas de etanol em Sertãozinho, São Paulo, ao Centro de Cana do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a fornecedores de equipamentos, em companhia de representantes do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA).

15. Em 28 de outubro de 2016, fui recebido pela ministra dos Recursos Naturais e Energia, Jabulile Mashwama. Na ocasião, tratamos da possibilidade de promover cooperação e atrair investimentos de empresas brasileiras para a produção do etanol naquele país. Dei-lhe conhecimento, na reunião, do êxito da missão técnica suázi de dezembro de 2015 e de meus esforços para a organização de missão da APLA a eSwatini. A ministra reiterou o interesse suázi no tema, em consonância com o Programa de Ação 2013-2018 do governo local. Por escassez de recursos e indisponibilidade de agenda de uma e outra parte, ainda não foi possível levar missão do APLA a eSwatini.

16. Outra possível área para ampliação da cooperação bilateral é a de combate à fome e reforço da segurança alimentar e nutricional. No dia 21 de julho de 2017, reuni-me com o vice-primeiro-ministro, Paul Dlamini, para tratar dos preparativos de missão técnica suázi ao Centro de Excelência contra a Fome, iniciativa conjunta do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e do governo brasileiro. A missão, realizada no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2017, sob liderança do ministro da Educação e Treinamento, Phineas Magagula, prospectou experiências e boas práticas brasileiras para o futuro desenvolvimento de programa nacional de alimentação escolar, sobretudo no que diz respeito a mecanismos de estímulo à produção agrícola por meio de compras governamentais para o fornecimento de merenda escolar.

17. Delegação do país participou da II Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, que se realizou em Brasília, em novembro de 2015.

18. Afora reuniões com ministros suázis para a discussão de questões bilaterais, participei das cerimônias de aniversário do rei Mswati III nos anos de 2016, 2017 e 2018. Trata-se do principal evento oficial do país. Em sua última edição, o rei Mswati celebrou seu aniversário de 50 anos juntamente com o cinquentenário da

independência. Em conversa mantida às margens do evento, recebi do vice-chanceler Joel Nhleko promessas de apoio às candidaturas brasileiras em órgãos internacionais.

19. O relacionamento comercial bilateral entre o Brasil e eSwatini permanece modesto. As exportações brasileiras caíram em 2017 para US\$ 796 mil, comparado a US\$ 1,7 milhão em 2016. As importações também sofreram queda, atingindo US\$ 136 mil em 2017, contra US\$ 730 mil em 2016. O Brasil exporta, principalmente, motocompressores, que representaram 40% da pauta em 2017; óleo de laranja, 24% da pauta; e ovos, 22% da pauta. São importados de eSwatini interruptores e circuitos elétricos, que responderam por 72% do total comprado em 2017.

20. Estima-se que a comunidade brasileira no país seja de 35 pessoas. A maioria dos cidadãos brasileiros residentes em eSwatini dedica-se a atividades missionárias.

21. A cooperação e investimentos brasileiros na produção de etanol são áreas promissoras para o estreitamento dos elos bilaterais. Para esse fim, seria profícua a realização de missão do APLA/agronegócio a eSwatini, centrada no tema da produção de etanol de cana para mistura na gasolina. Os combustíveis representam o segundo maior item das importações suázis, e a segurança energética é fonte de preocupação do governo de Mbabane. A cana-de-açúcar representa 30% do PIB do país. Há grande potencial de produção de etanol combustível, como também de energia gerada a partir do bagaço.

22. A cooperação entre o Brasil e eSwatini carece de marco jurídico adequado, que possa regular possíveis ações futuras da Agência Brasileira de Cooperação no país africano. A ratificação, por eSwatini, do Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil preencheria essa lacuna.